



GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2024

Requer ao Ministro da Educação, Camilo Santana, esclarecimentos sobre as irregularidades apontadas no Relatório de Avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU) referente ao exercício de 2023.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Educação, Camilo Santana, informações sobre as Irregularidades apontadas no Relatório de Avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU) referente ao exercício de 2023.

O relatório da CGU identificou distorções nas Demonstrações Contábeis do Ministério da Educação, totalizando aproximadamente R\$ 2,7 bilhões de reais, resultantes de diversas deficiências na gestão, como:

- Falta de tempestividade na análise dos Relatórios de Cumprimento do Objeto referentes a recursos transferidos por Termo de Execução Descentralizada (TED).
- Falta de reavaliação de imóveis de uso especial registrados no SPIUNet.
- Problemas no reconhecimento e mensuração de bens móveis e imóveis.

Diante da gravidade das constatações, e considerando nosso dever de fiscalização e transparência, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

1. **Quais medidas estão sendo tomadas pelo Ministério da Educação**





GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

para corrigir as distorções contábeis apontadas pela CGU?

Solicitamos um plano de ação detalhado com prazos e responsáveis para a implementação das medidas corretivas.

- 2. Qual é a situação atual da reavaliação de imóveis de uso especial registrados no SPIUNet?** Pedimos informações sobre os processos de reavaliação e as justificativas para eventuais atrasos ou omissões.
- 3. Quais são os critérios utilizados pelo Ministério para o reconhecimento e mensuração de bens móveis e imóveis?** Solicitamos uma explicação sobre as divergências apontadas pela CGU e as medidas adotadas para corrigir essas questões.
- 4. Como o Ministério da Educação está garantindo a conformidade e a precisão dos Relatórios de Cumprimento do Objeto (RCO) referentes aos recursos transferidos via TED?** Solicitamos um esclarecimento sobre os procedimentos adotados para assegurar a tempestividade e a precisão desses relatórios.
- 5. Qual é a estimativa de impacto financeiro das distorções identificadas pela CGU no orçamento e nas operações do Ministério?** Solicitamos uma análise detalhada dos impactos e as medidas adotadas para mitigar os riscos associados.

JUSTIFICAÇÃO

A solicitação de informações dirigida ao Ministério da Educação fundamenta-se na relevância e na gravidade das constatações apresentadas no relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) referente ao exercício de 2023. O documento aponta distorções significativas nas demonstrações contábeis do Ministério, totalizando aproximadamente R\$ 2,7 bilhões de reais, e destaca problemas críticos de gestão, os quais demandam uma resposta detalhada e imediata para assegurar a integridade e transparência da administração pública.

Como representantes eleitos pelo povo, os parlamentares têm o dever constitucional de fiscalizar o uso de recursos públicos e garantir que a administração pública atue em conformidade com os princípios da legalidade,





GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Este pedido de informações visa, portanto, atender a esse dever, buscando esclarecimentos que permitam uma análise adequada das ações do Ministério da Educação frente às irregularidades apontadas.

Conforme destacado, recentemente a coluna do jornalista Paulo Capelli noticiou o resultado do relatório da CGU que identificou distorções contábeis que totalizam cerca de R\$ 2,7 bilhões de reais no Ministério da Educação.¹

Este valor representa uma discrepância substancial que pode impactar a execução de políticas públicas essenciais, especialmente em um ministério com papel crucial na promoção da educação e do desenvolvimento social. A ausência de tempestividade na análise dos Relatórios de Cumprimento do Objeto (RCO) e problemas no reconhecimento e mensuração de ativos públicos indicam falhas que precisam ser corrigidas urgentemente para evitar danos ao erário e garantir a correta aplicação dos recursos públicos.

Ademais, também foi identificada a falta de reavaliação de imóveis de uso especial registrados no SPIUNet que aponta para uma gestão patrimonial inadequada e pode resultar em subaproveitamento de bens públicos, além de informações patrimoniais imprecisas. Uma gestão eficiente dos ativos públicos é fundamental para a transparência e para o planejamento de políticas públicas que otimizem o uso desses bens.

A resposta a este pedido de informações também é crucial para assegurar a transparência e a participação social na gestão pública. O esclarecimento das ações e medidas adotadas pelo Ministério da Educação é necessário para informar a sociedade e os órgãos de controle sobre as providências tomadas para corrigir as falhas identificadas e evitar sua recorrência.

A gravidade das irregularidades identificadas pela CGU justifica a necessidade de esclarecimentos detalhados por parte do Ministério da Educação. Este pedido visa garantir que medidas corretivas adequadas sejam adotadas, promovendo a transparência e a eficiência na administração dos recursos públicos, e assegurando a continuidade e a qualidade das políticas educacionais no Brasil.

¹ <https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/cgu-aponta-distorcao-de-r-27-bi-no-ministerio-da-educacao-em-2023>





GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim sendo, justifica-se a indagação supra requerida, ante o respeito a própria ordem constitucional vigente e os princípios mais relevante da administração pública.

Diante do exposto, faz-se necessária a prestação das informações ora requeridas, com a finalidade de possibilitar a atuação parlamentar, no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

Sala das Comissões, 30 de julho de 2024.

Deputado **NIKOLAS FERREIRA**
PL/MG

Apresentação: 30/07/2024 11:50:55.530 - CE

RFQ n.182/2024
CÂMARA DOS DEPUTADOS
PSL/SP



Câmara dos Deputados | 70100-970

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245506910600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira



CD245506910600